



Serveng Energias Renováveis S.A. - CNPJ/MF nº 11.696.857/0001-04

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 - Em milhares de reais

Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A.T.I.V.O	29.785	19.639	264.622	227.457
Circulante	29.785	19.639	264.622	227.457
Caixa e equivalentes de caixa	4	380	530	86.167
Aplicações financeiras	5	-	-	66.358
Contas a receber	6	2.573	2.547	67.176
Estóques	-	-	-	5.780
Impostos a recuperar	7	172	171	28.705
Dividendo a receber	12	26.660	15.784	-
Despesas antecipadas	-	-	-	5.835
Outras contas a receber	-	-	7	4.601
Não circulante	927.941	874.642	1.822.329	1.895.913
Depósitos judiciais	-	-	-	399
Impostos a recuperar	7	-	-	979
Partes relacionadas	12	54.713	60.693	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	180	180	-
Ativo fiscal diferido	18	10.642	11.120	21.761
Despesas antecipadas	-	-	-	4.188
Outras contas a receber	-	-	-	9.512
Investimentos	8	834.132	774.375	-
Imobilizado	9	-	-	1.752.486
Intangível	-	28.274	28.274	33.983
Total do ativo	957.726	894.281	2.086.951	2.123.370
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante	68.903	41.118	572.578	234.099
Fornecedores	10/12	2.896	2.859	21.790
Financiamentos	11	-	-	90.929
Debêntures	11	-	-	72.108
Obrigações tributárias	64	648	12.488	5.492
Salários e férias a pagar	73	25	934	870
Dividendo a pagar	12	65.870	37.586	73.581
Partes relacionadas	-	-	-	2.378
Arrendamentos a pagar	9	-	-	2.350
Outras contas a pagar	-	-	-	8.398
Não circulante	10.433	77.771	420.671	916.112
Fornecedores	10/12	-	-	131
Financiamentos	11	10.433	20.418	302.683
Debêntures	11	-	-	56
Obrigações tributárias	64	648	12.488	1.088
Partes relacionadas	12	-	-	57.353
Provisão para demandas judiciais	13	-	-	24.493
Passivo fiscal diferido	-	-	-	1
Provisão para descomissionamento	9	-	-	9.741
Arrendamentos a pagar	9	-	-	48.000
Outras contas a pagar	-	-	-	34.478
Patrimônio líquido	14	878.390	775.392	1.093.702
Capital social	-	643.706	643.706	643.706
Reservas de lucros	-	234.684	131.686	444.996
Total do passivo e patrimônio líquido	957.726	894.281	2.086.951	2.123.370

Participação de não controladores

Total do passivo e patrimônio líquido 957.726 894.281 2.086.951 2.123.370

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Serveng Energias Renováveis S.A. (Companhia), localizada na Fazenda Boa do Campo, S/N - Zona Rural - Pedra Grande - RN, foi constituída em 02 de março de 2010. A Companhia tem por objeto social a construção, operação e exploração de sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, nos diferentes campos de energia, em qualquer uma de suas fontes, com vistas à exploração econômica comercial, a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas e participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhantes às exercidas pela Companhia, como sócia ou acionista, domiciliadas no país ou no exterior. As controladas da Companhia tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, atuando como agente comercializador, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Prestação de serviços em negócios de energia elétrica, bem como a prestação de serviço de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas, e a participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhantes às exercidas pela Companhia, notadamente sociedades cujo objeto seja promover, construir, instalar e operar projetos de geração de energia elétrica e comercialização de energia e serviços correlatos e a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada. As controladas Ventos Parazinhos Geradora Eólica e SM Geradora de Energia Eólica entraram em operação comercial em 16 de dezembro de 2019. **1.1. Efeitos da COVID-19:** Em conexão com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, a Companhia continua a cumprir todas as diretrizes para prevenir a COVID-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e manter as medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalho. Embora a pandemia não tenha sido totalmente erradicada, as autoridades brasileiras começaram a diminuir e dosar as restrições e a Companhia acredita que os efeitos da pandemia na economia global começaram a ser mitigados. Até a data, a Companhia não identificou efeitos relevantes em suas operações. Além disso, a Companhia não identificou impactos relevantes em suas operações e financeiros, conforme divulgado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021. **2. Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos das organizações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as Normas Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2022. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação destas demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos em várias áreas, incluindo: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. **3.2. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a 90 dias. **3.3. Instrumentos financeiros:** **3.3.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirem, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os ativos e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O principal ativo reconhecido na Companhia é a aplicação financeira. **3.3.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia não reconhece os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecimentos. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo após o cumprimento de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.3.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2021 e 2020, incluindo operações de hedge. **3.3.4. Categoria dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalentes de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.4. Investimento:** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquibram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **3.5. Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. **3.6. Intangível:** Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. **3.7. Licenças ambientais:** As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento são reconhecidas como custo do parque eólico. **3.8. Redução ao valor recuperável:** O imobilizado e outros ativos não monetários são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis pelas partes. **3.9. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão foram capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos. **3.11. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para sair da obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são

Demonstrações do resultado	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita líquida de vendas	15	26.795	26.726	678.889
(-) Custo dos produtos vendidos	16	(25.668)	(25.481)	(314.362)
(=) Lucro bruto	1.127	1.245	362.527	263.474
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais	(764)	(114)	(34.364)	(18.909)
Despesas administrativas e gerais	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	145.455	74.224	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	16	(6)	-	(20.673)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	145.812	75.455	307.490	274.957
Receitas financeiras	17	134	204	10.981
Despesas financeiras	17	(1.222)	(1.645)	(77.717)
(=) Resultado financeiro líquido	(1.088)	(1.441)	(66.736)	(69.652)
(=) Lucro antes do IR e CS	144.724	74.014	240.754	205.331
(-) IR e CS - Corrente	18	-	-	(48.197)
(-) IR e CS - Diferido	18	(478)	(478)	(26.593)
(=) Lucro líquido do exercício	144.246	73.536	186.589	146.246
Lucro por ação	0,242	0,123	0,313	0,245
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	-	-	-	144.246
Acionistas não controladores	-	-	-	42.343
Acionistas não controladores	-	-	-	186.589

reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base presumida excedente de R\$ 240 para imposto de Renda e de 9% sobre a base presumida para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. As controladoras Ventos Potiguares e Serveng Energias Renováveis são tributadas com base no lucro real. Nesse regime, o imposto de Renda e a Contribuição Social são determinados a partir do lucro contábil apurado, acrescido de ajustes (positivos e negativos) requeridos pela legislação fiscal. **3.13. Outros passivos circulares e não circulares:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. **3.14. Capital social:** O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **3.15. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica "(receitas/despesas) financeiras". **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021:** **a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Sobre esse tema, a Companhia não considera impactos significativos nas demonstrações contábeis. **b) Outras normas:** Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **Imobilizado - Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);** **• Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);** **• Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);** **• Contratos de seguros (IFRS 17);** **• Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração";** **• Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação;** **• Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras;** **• Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante;** **3.17. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora e de suas participações acionárias (%).

Empresa	Tipo de controle	2021		2020	
		Patrimônio líquido	Lucro não realizado	Patrimônio líquido	Lucro não realizado
Empresas Concessões S.A.	Integral - Direto	47.83	47,83	-	-
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	Integral - Direto	100,00	100,00	-	-
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100,00	100,00	-	-
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100,00	100,00	-	-
Ventos de Santo Antonio Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100,00	100,00	-	-
Fortes Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100,00	100,00	-	-

Empresa	Tipo de controle	2021		2020	
		Patrimônio líquido	Lucro não realizado	Patrimônio líquido	Lucro não realizado
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	Integral - Direto	373.791	(31.299)	100,00	342.492
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	-	294.131	-	100,00	294.131
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	-	29.614	-	0,03	8
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	-	25.885	-	0,03	8
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	-	47.049	-	0,02	2
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	-	29.244	-	0,03	9
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	-	24.585	-	0,03	8
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	-	47.900	-	0,02	8
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A.	-	44.093	-	0,02	7
Ponta do Nordeste Geradora Eólica S.A.	-	29.230	-	0,03	7
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	-	45.138	-	0,02	7
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	-	22.939	-	0,03	7
Corumbá Concessões S.A. (a)	-	429.035	-	47,83	197.431

Empresa	Tipo de controle	2021		2020	
		Patrimônio líquido	Lucro não realizado	Patrimônio líquido	Lucro não realizado
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	Integral - Direto	310.589	90.932	(60.439)	-
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	-	282.372	15.678	(3.919)	-
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	-	7	2	(1)	-
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	-	7	2	(1)	-
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	-	7	3	(1)	-
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	-	7	3	(1)	-
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	-	6	3	(1)	-
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	-	7	2	(1)	-
Ponta do Nordeste Geradora Eólica S.A.	-	7	2	(1)	-
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	-	7	2	(1)	-
Torres de São Miguel Geradora S.A.	-	6	2	(1)	-
Corumbá Concessões S.A. (a)	-	181.344	38.823	(22.739)	-
	-	774.375	145.453	(87.105)	-

Descrição	2021		2020	
	Depreciação acumulada	Depreciação acumulada	Depreciação acumulada	Depreciação acumulada
Terrenos	509	-	509	-
Aerogeradores	1.414.136	(257.827)	1.156.309	1.203.153
Instalações e benfeitorias	40.440	(7.904)	32.536	33.884
Equipamentos de informática	1.224	(591)	633	1.049
Máquinas e equipamentos	215.932	(89.086)	126.846	130.572
Móveis e utensílios	1.373	(572)	801	791
Reservatórios, barragens e adutoras	570.056	(6.322)	60.786	60.786
Veículos	3.250	(162.217)	407.839	419.298
Imobilizado em andamento	173	(2.305)	945	1.396
(-) Lucro não realizado	(34.891)	-	8	173
Outros	-	-	(34.891)	(32.705)
Total	2.279.310	(526.824)	1.752.486	1.818.733

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identifica diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo estão demonstradas na tabela de movimentação.

Movimentação do ativo imobilizado - Consolidado	2021		2020	
	Custo	Taxa depreciação (a.a. %)	2019	Adições
Terrenos	509	-	-	-
Veículos	3.222	-	-	3.250
Reservatórios, barragens e adutoras	569.596	460	-	570.056
Aerogeradores	1.140.875	394	-	272.644
Instalações e benfeitorias	31.582	-	-	8.858
Equipamentos de informática	1.028	-	-	1.488
Máquinas e equipamentos	2.021	-	-	9.453
Móveis e utensílios	1.168	528	(529)	265
Direito de uso	48.681	18.427	-	

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	(420)	(135)	(4.579)	(11.431)
Despesas tributárias	(50)	-	(1.608)	(816)
Despesas com Arrendamento	-	-	(711)	(611)
Despesas com Terceiros	(276)	-	(13.773)	-
Contingências	-	-	(21.666)	(2.827)
Outras Receitas Operacionais	1.322	-	1.322	30.391
Centro de Serviços Compartilhados	-	-	(1.332)	-
Outros	-	(71)	(18.125)	(7.149)
	(26.438)	(25.495)	(369.399)	(302.756)
Classificação por função				
	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos vendidos	(25.668)	(25.481)	(314.362)	(314.239)
Despesas administrativas e gerais	(764)	(14)	(34.364)	(18.909)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(6)	-	(20.673)	30.391
	(26.438)	(25.495)	(369.399)	(302.756)
17. Receitas e despesas financeiras:				
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Rendimentos sobre aplicações financeiras	134	-	8.231	3.524
Juros recebidos ou incorridos	-	204	-	-
Descontos obtidos	-	-	2.750	17
	134	204	10.981	3.541
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(68.683)	(61.323)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(2.348)	(789)
Despesas bancárias	-	(3)	(151)	(173)
Juros pagos ou incorridos	(1.217)	(1.642)	(1.217)	(9.742)
Outros	(5)	-	(5.469)	(1.140)
	(1.222)	(1.645)	(77.717)	(73.167)
18. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Reconciliação do imposto de Renda e da Contribuição Social:				
	Consolidado			
	2021	2020		
Receita bruta	317.210	283.268		
Alíquota	8%	8%	25.377	22.661
Outras receitas, inclusive financeiras	8.132	2.047	8.132	2.047
Base de cálculo	33.509	24.708	33.509	24.708
Alíquota vigente	15%	15%	5.026	(3.706)
Imposto apurado	(5.026)	(2.980)	(2.111)	(2.111)
Adicional federal de 10%	(2.980)	(8.006)	(5.816)	(5.816)
Imposto apurado	(8.006)	(5.816)	(5.816)	(5.816)
Contribuição Social				
Receita bruta	317.210	283.268		
Alíquota	12%	12%	38.065	33.992
Outras receitas, inclusive financeiras	8.132	2.047	8.132	2.047
Base de cálculo	46.197	36.039	46.197	36.039
Alíquota vigente	9%	9%	4.158	(3.244)
Imposto apurado	(4.158)	(3.244)	(12.164)	(32.492)
Total do IR e da CS corrente				
Alíquota de imposto efetiva				
Receita total	325.342	285.315		
Imposto calculado (IR/CS)	(12.164)	(9.060)	4%	3%
Lucro real				
IR e CS correntes				
Lucro antes do IR e da CSLL	122.691	146.931		
IR e CSLL - calculado à alíquota de 34%	(41.715)	(49.957)		
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSLL				
Despesas indedutíveis	(25)	(206)		
Reversão/ Provisão para riscos e passivos contingentes	907	15.607		
Prejuízo fiscal compensado no exercício	5.800	10.301		
Outras Adições/exclusões permanentes	(1.000)	823		
IR e CSLL corrente	(36.033)	(23.432)		
IR e CS diferido				
Resultado Fiscal do exercício	23.000	30.298		
Provisão para riscos e passivos contingentes	(2.000)	45.904		
Apropriação lucro não realizado nos imobilizados	1.407	(1.407)		
Outras Adições/exclusões permanentes	(2.039)	607		
Base de cálculo IR diferido	17.554	78.216		
Alíquota combinada de IR e CS de 34%	(5.968)	(26.593)		
IR e CSLL diferido	(5.968)	(26.593)		
19. Instrumentos financeiros:				
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: 19.1. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas				

características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PE-CLD). Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima é de R\$ 219.701 no consolidado e R\$ 2.953 na controladora (R\$ 181.093 no consolidado e R\$ 3.077 na controladora em 2020) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **19.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	21.790	131	-
Financiamentos	453.037	64.065	238.674

19.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **19.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. **19.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **19.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	86.167	71.010	86.167	71.010
Aplicações financeiras	66.358	60.816	66.358	60.816
Contas a receber	67.176	50.077	67.176	50.077
Outras contas a receber	14.113	6.737	14.113	6.737
	233.814	188.640	233.814	188.640
Passivos financeiros				
Fornecedores	21.921	29.222	21.921	29.222
Financiamentos	755.776	751.549	755.776	751.549
	777.697	780.771	777.697	780.771

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. Instrumentos financeiros por categoria:

	2021	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	86.167	-
Aplicações financeiras	-	66.358
Contas a receber	67.176	-
Outras contas a receber	14.113	-
	167.456	66.358
Passivos financeiros		
Fornecedores	-	21.790
Financiamentos	-	756.785
	-	778.575
	2020	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	71.010	-
Aplicações financeiras	-	60.816
Contas a receber	50.077	-
Outras contas a receber	6.737	-
	127.824	60.816
Passivos financeiros		
Fornecedores	-	29.222
Financiamentos	-	751.549
	-	780.771

19.7. Hierarquia de valor justo: A tabela a seguir, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos

e idênticos; **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **19.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 4,42 % para o CDI e 5,32% para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Contador	
Normando Anderson Monteiro - CRC 1SP197776/O-8	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores do **Serveng Energias Renováveis S.A.** Pedra Grande - RN. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Serveng Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo de principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serveng Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para causas judiciais:** Conforme descrito na Nota nº 13, a controlada Corumbá Concessões S.A. é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, para os quais foi provisionado o montante de R\$ 24.493 mil, em decorrência de sua classificação de risco, em 31 de dezembro de 2021. Dentre as ações judiciais vigentes, destacamos a ação movida pela Saneamento de Goiás S.A. ("Saneago"), que se encontra com decisão judicial proferida, em que estabeleceu o valor de R\$ 18.500 mil como incontroverso, sobre o qual a Corumbá já efetuou o pagamento. Nessa mesma ação da Saneago, a Corumbá discute judicialmente o valor de R\$ 22.229 mil, sobre o qual a constituiu provisão integral, no exercício de 2021. A Corumbá segue aguardando o trânsito em julgado do referido processo. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Devido à relevância dos montantes envolvidos e a subjetividade inerente à Provisão para causas judiciais, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a realização de testes de confirmação da totalidade dos escritórios de advocacia que são responsáveis pelos processos judiciais e administrativos; (ii) confirmação de informações junto aos escritórios de advocacia contratados pela administração, para as causas judiciais em aberto, com destaque para: avaliação do prognóstico de perda, principais dados das causas e o valor atualizado das potenciais perdas estimadas; (iii) entendimento dos controles relacionados à identificação e à constituição de provisões para causas judiciais; (iv) avaliamos a adequação dos requerimentos de divulgação envolvendo o referido tema. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Ad-

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	8.231	4,42%	364	455	546	273	182
Financiamentos		TJLP					
Despesa financeira (73.306)		5,32%	(3.900)	(4.875)	(5.850)	(2.925)	(1.950)
Resultado financeiro			(3.536)	(4.420)	(5.304)	(2.652)	(1.768)

20. Compromissos com contratos: A Companhia possui compromissos de venda de energia eólica incentivada à empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A, para garantir o desenvolvimento e implantação de seus projetos. Os compromissos em 30/09/19, podem ser assim estimados por seus valores nominais: **Data do contrato:** 09/12/2010; **Data que se inicia a obrigação do fornecimento:** 01/05/2012; **Data que se encerra a obrigação do fornecimento:** 14/08/2033; **Quantidade a ser fornecida:** 77,72 MW média ao ano. **21. Eventos subsequentes:** Em 07/01/22 a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. sua controlada captou a 1ª emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com a garantia real em série única, no montante de R\$450.000, remunerada a 100% do CDI mais 2,15%a.a. Os recursos desta captação foram destinados para reforço de estrutura de capital e quitação antecipada do saldo de financiamento junto ao BNDES de suas controladas em 07/02/22.

ministração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.**

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RN
Andreia Gini de Souza - Contadora CRC 1 SP 270317/O-3 - S - RN

